

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ASSOCIADO UEL-UNOPAR EM CIÊNCIAS
DA REABILITAÇÃO**

EDITAL N° 01/2019

Estabelece Normas e Procedimentos de Seleção Interna de candidatos ao **Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior** de acordo com o Edital CAPES n.º 41/2018, junto ao programa de Pós-Graduação (PPG) ASSOCIADO UEL-UNOPAR em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

No período de **21/01/2019 a 08/02/2019** estarão abertas as inscrições para o processo de seleção de candidatos do **PPG ASSOCIADO UEL-UNOPAR em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO** da UEL para participação no **Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior**, de acordo com o Edital CAPES n.º 41/2018 – PDSE.

1. DA FINALIDADE

1.1. Selecionar candidatos a serem indicados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPPG/UEL - à CAPES para recebimento de bolsas de estágio em pesquisa de doutorado no exterior no âmbito do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE (CAPES).

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1. As candidaturas apresentadas devem estar devidamente alinhadas ao Plano de Internacionalização da UEL (<http://www.uel.br/proppg/portalnovo/pages/proppg/plano-de-internacionalizacao.php>), demonstrando interação e relacionamento técnico-científico entre o orientador no Brasil e o co-orientador no exterior, como parte integrante das atividades de cooperação na supervisão do doutorando.

2.2. A instituição receptora deverá isentar o doutorando da cobrança de taxas administrativas e acadêmicas (*tuition & fees*) e de taxas de bancada (*bench fees*). A UEL e a CAPES não se responsabilizam por despesas relacionadas ao pagamento de taxas acadêmicas e de pesquisa na modalidade de doutorado sanduíche.

2.3. Os benefícios são outorgados exclusivamente ao bolsista e independem de sua condição familiar e salarial, não sendo permitido o acúmulo de benefícios para a mesma finalidade e o mesmo nível, devendo o candidato declarar a recepção de outras bolsas concedidas por órgãos e/ou entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal e requerer sua suspensão ou cancelamento, de modo que não haja acúmulo de bolsas durante o período de estudos no exterior.

2.4. O período máximo de financiamento do doutorado por agência pública de fomento é de 48 meses de acordo com a Portaria CAPES nº 23, de 30 de janeiro de 2017. A apuração do limite total leva em consideração as bolsas recebidas no Brasil no programa de doutorado matriculado atualmente, e em programas de doutorado que porventura tenha feito anteriormente, além da bolsa de estágio no exterior a ser solicitada.

2.5. As bolsas são destinadas a alunos: (i) regularmente matriculados no Curso de Doutorado em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO da UEL; (ii) que comprovem qualificação para usufruir, no exterior, da oportunidade de aprofundamento teórico, coleta e tratamento de dados, ou desenvolvimento parcial da parte experimental da tese a ser defendida no Brasil e (iii) possuam o nível de proficiência na língua estrangeira conforme as regras estabelecidas pela CAPES e reproduzidas neste edital (item 6.1.4).

3. DA QUANTIDADE DE COTAS E DURAÇÃO

3.1. O PPG em CIÊNCIAS DA REABILITAÇÃO fará jus a 01 (uma) cota de 12 (doze) meses, o que equivale a 12 mensalidades.

3.2. A duração da bolsa é de, no mínimo, 06 (seis) meses e de, no máximo, 12 (doze) meses. Com isso, caberá à Coordenação do Programa o atendimento de 1 (um) ou de 2 (dois) bolsistas, considerando o período de concessão da(s) bolsa(s), o mérito e a duração da(s) proposta(s) apresentada(s).

3.3. **As atividades no exterior deverão ser iniciadas entre os meses de agosto e novembro de 2019.** Caso sejam selecionados 2 bolsistas (cada um para 6 meses de estágio no exterior), o primeiro bolsista deverá iniciar suas atividades no exterior nesse mesmo período.

3.4. Verificada divergência de datas para início e fim dos estudos no projeto apresentado - cronograma de atividades, manifestações das instituições envolvidas ou quaisquer outros documentos, a candidatura poderá ser indeferida a qualquer tempo.

3.5. O bolsista deverá retornar ao Brasil com antecedência de, pelo menos, 6 (seis) meses, impreterivelmente, para os preparativos da defesa do seu trabalho final.

4. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Do(a) Orientador(a) Brasileiro(a)

O(A) orientador(a) brasileiro(a) deve, obrigatoriamente:

4.1.1. Atuar como Docente Permanente no Programa;

4.1.2. Demonstrar interação e relacionamento técnico-científico com o co-orientador no exterior para o desenvolvimento das atividades inerentes à pesquisa do doutorando;

4.1.3. Apresentar formalmente à Coordenação do PPG a candidatura do seu orientando e a documentação exigida pelo presente Edital;

4.1.4. Zelar para que o bolsista cumpra as obrigações acordadas com a CAPES.

4.2. Do(a) Co-orientador(a) no Exterior

O(A) co-orientador(a) no exterior deve, obrigatoriamente:

4.2.1. Ser doutor e pesquisador com produção acadêmica consolidada e relevante para o desenvolvimento da tese do(a) doutorando(a);

4.2.2. Pertencer a uma instituição de ensino ou pesquisa no exterior, pública ou privada, de relevância para o estudo pretendido.

4.3. **Do(a) Candidato(a) Doutorando(a)**

O candidato doutorando deverá, obrigatoriamente, preencher os seguintes requisitos:

4.3.1. Ser brasileiro(a) ou estrangeiro(a) com visto permanente no Brasil;

4.3.2. Não possuir título de doutor(a), quando da inscrição;

4.3.3. Estar regularmente matriculado(a) em curso de doutorado no Brasil com nota igual ou superior a 4 (quatro) na avaliação quadrienal da CAPES de 2017;

4.3.4. Não acumular bolsa no exterior ou outros auxílios simultaneamente à bolsa pleiteada junto à CAPES, independentemente do tipo ou finalidade dos benefícios preexistentes, devendo o candidato declarar recepção de outras bolsas concedidas por órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal e, na ocasião de aprovação da bolsa, requerer a suspensão ou cancelamento do benefício preexistente, de modo que não haja acúmulo de benefícios durante o período de estudos no exterior;

4.3.5. Não ter sido contemplado com bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior nesse ou em outro curso de doutorado realizado anteriormente;

4.3.6. Não ultrapassar o período total do doutorado, de acordo com o prazo regulamentar do curso para defesa da tese, devendo o tempo de permanência no exterior ser previsto de modo a restarem, no mínimo, 6 (seis) meses no Brasil para a integralização de créditos e a defesa da tese;

4.3.7. Ter integralizado o número de créditos referentes ao programa de doutorado no Brasil que seja compatível com a perspectiva de conclusão do curso, em tempo hábil, após a realização das atividades no exterior;

4.3.8. Ter obtido aprovação no exame de qualificação ou ter cursado, pelo menos, o primeiro ano do doutorado, tendo como referência a data da inscrição no Sistema da CAPES (Sicapes);

4.3.9. Possuir a proficiência linguística mínima, conforme tabela e requisitos descritos no item 6.1.4;

4.3.10. Possuir o registro ORCID que fornece um identificador único voltado para a área acadêmica e de pesquisa. O registro é gratuito e pode ser realizado no site <https://orcid.org/>.

4.3.11. Sendo aprovado no processo seletivo interno da IES, realizar a inscrição pelo link “Inscrição Online” disponível na página da CAPES (<http://www.CAPES.gov.br/bolsas/bolsas-no-exterior/programa-de-doutorado-sanduiche-no-exterior-pdse>) para posterior homologação pela PROPPG.

5. DO LOCAL DE INSCRIÇÃO:

5.1. As inscrições serão efetuadas na Secretaria do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Saúde – CEPPOS da UEL, no período de 29/01/2019 a 08/02/2019, das 09:00 hs às 11:00 hs e das 14:00 hs às 16:00 hs.

5.2. Somente com a entrega dos documentos em conformidade com o Edital é que a inscrição no processo seletivo será efetivada.

6. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO JUNTO AO PROGRAMA

6.1. Os seguintes documentos devem ser apresentados formalmente pelo orientador, de acordo com o item 4.1.3, à Coordenação do Programa no prazo de inscrições estabelecido nos itens 5.2 e 9 deste edital:

6.1.1. Curriculum vitae atualizado, extraído da plataforma Lattes;

6.1.2. Carta do orientador brasileiro, devidamente datada e assinada e em papel timbrado da instituição de origem, com a previsão da defesa da tese, justificando a necessidade da bolsa e demonstrando interação técnico científica com o co-orientador no exterior para o desenvolvimento das atividades propostas;

6.1.3. Plano de estudos, em português, com, no máximo, 15 (quinze) páginas, com cronograma do plano de atividades, incluindo a infraestrutura experimental ou laboratorial específica. Deve conter, obrigatoriamente, os itens abaixo:

a) Título

b) Introdução e justificativa, apresentando a atualidade e relevância do tema;

c) Objetivos, com definição e delimitação clara do objeto de estudo;

d) Metodologia a ser empregada;

e) Cronograma das atividades;

f) Contribuição do plano de estudos para a promoção do ensino, formação e aprendizagem, quando o caso;

g) Potencial para o aumento da rede de pesquisa e educação, com novas técnicas e parcerias, além de ampla divulgação dos resultados, quando o caso;

h) Relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico da área no Brasil nos médio e longo prazos;

i) Relevância para o desenvolvimento econômico e de bem-estar social do Brasil nos médio e longo prazos, quando o caso;

j) Se o plano de estudos prevê/atende às normas éticas nacionais e internacionais, quando relevante;

k) Justificativa para a escolha da IES de destino e co-orientador no exterior.

l) Referências bibliográficas.

6.1.4. Comprovante válido de proficiência no idioma do país de destino, de acordo com as seguintes exigências (nível mínimo exigido):

Inglês				Francês	Alemão			Espanhol		Italiano
TOEFL IBT	TOEFL ITP	IELTS	Cambridge Exam	DALF, DELF, TCF ou TCF CAPES	Cert. do Instituto Goethe	TestDaF	OnSET - Deutsch	Cert. DELE	Cert. SIELE	Teste do IIC
71	527	6	CAE ou FCE B2	B2	B1	B1	B1	B2	C1	B2

- a) Para a língua inglesa: (i) TOEFL (IBT – *Internet-Based Testing*; ITP – *Institutional Testing Program*) com validade de 2 (dois) anos; (ii) *International English Language Test – IELTS* com validade de 2 (dois) anos, sendo que cada banda (*listening, reading, writing e speaking*) deve ter nota mínima de 5 (cinco); e (iii) Certificado CAE ou FCE de Cambridge, ambos sem prazo de validade;
- b) Para a língua francesa: (i) *Test de Connaissance du Français – TCF TP* (no mínimo, as provas obrigatórias) ou TCF CAPES, com validade de 2 (dois) anos; e (ii) DALF ou DELF, sem prazo de validade;
- c) Para a língua alemã: (i) certificado do Instituto Goethe; (ii) TestDaF ou OnSET, todos sem prazo de validade;
- d) Para a língua espanhola: DELE, emitido pelo Instituto Cervantes, sem prazo de validade; SIELE: O candidato deverá realizar o exame completo para realização da prova, com validade de 05 (cinco) anos. Sendo assim, exames parciais não serão aceitos;
- e) Para a língua italiana: teste Lato Sensu do Instituto Italiano de Cultura, com validade de 1 (um) ano;
- f) Para países de língua portuguesa, o(a) candidato(a) deverá apresentar, obrigatoriamente, a comprovação de nível mínimo de proficiência em inglês, conforme item “a”;
- g) Candidatos(as) com destino a países de língua não especificada anteriormente devem apresentar certificado de proficiência no idioma do país, emitido por instituição oficialmente reconhecida, ou uma das alternativas relacionadas acima, desde que aceita pela instituição de destino, onde se realizará o doutoramento, e expresso na carta do co-orientador no exterior;
- h) O teste de proficiência em língua inglesa poderá ser aceito para qualquer país de destino, desde que aceito pela IES de destino e expresso na carta do co-orientador no exterior;
- i) Os requisitos de proficiência listados acima são exigência da CAPES e não dispensam o atendimento das exigências da IES de destino no exterior.
- j) Em relação ao comprovante de proficiência no idioma do país de destino, o(s) candidato(s) poderá(ão) entregar o mesmo à coordenação do programa em Ciências da Reabilitação até o dia 26/02/2019.**

6.1.5. Outras documentações complementares poderão ser solicitadas a qualquer momento pela PROPPG aos candidatos selecionados e pela CAPES aos candidatos que tiverem as inscrições homologadas.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO:

No processo de seleção, serão levados em consideração os seguintes aspectos:

7.1. Atendimento aos requisitos do candidato na data prevista da seleção;

7.2. Adequação da documentação apresentada pelo candidato às exigências deste Edital;

7.3. Condição do candidato a bolsista, mediante aprovação no exame de qualificação ou conclusão do primeiro ano do curso de doutorado e comprovação do desempenho acadêmico e potencial científico para o desenvolvimento dos estudos propostos no exterior;

7.4. Pertinência do plano de pesquisa no exterior com o projeto de tese e sua exequibilidade dentro do cronograma previsto;

7.5. Adequação da instituição de destino e pertinência técnico-científica do co-orientador no exterior às atividades a serem desenvolvidas.

8. DO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO:

O Resultado Final do Processo de Seleção será publicado na Secretaria do PPG conforme cronograma (item 9).

9. DO CRONOGRAMA PREVISTO PARA O PROCESSO SELETIVO

Inscrições	29/01/2019 a 08/02/2019
Seleção	11/02/2019 a 14/02/2019
Divulgação do resultado preliminar da seleção	15/02/2019
Prazo para apresentação de recursos	18/02/2019 a 20/02/2019
Publicação do Edital com o Resultado Final da seleção	26/02/2019

10. DA COMISSÃO EXAMINADORA DE SELEÇÃO:

Presidente Vanessa Suziane Probst
Membros Waldiceu Aparecido Verri Junior (membro externo) Suhaila Mahmoud Smaili Santos Regina Célia Poli Frederico Carlos Augusto Marçal Camillo Claudiane Pedro Rodrigues (representante discente)
Suplentes Christiane Guerino de Souza Macedo Rodrigo Antonio de Carvalho Andraus

11. DA CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDOS

11.1. Após cumprimento de todos os requisitos do processo seletivo interno, a inscrição e homologação dos candidatos aprovados pela PROPPG/UEL no Sicapes, caberá à CAPES providenciar a emissão da Carta de Concessão da bolsa e do Termo de Outorga ao candidato aprovado.

11.2. O recebimento Carta de Concessão da bolsa e do Termo de Outorga não garante a implementação final da bolsa. A CAPES poderá cancelar Carta de Concessão da bolsa e do Termo de Outorga emitidos em função de restrição orçamentária ou documentação apresentada com dados parciais, incorretos ou inverídicos ou ainda corrigir as informações da carta se for detectado erro em sua emissão com eventuais dados ou informações incorretas. Do cancelamento da concessão caberá recurso.

12. DA IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA

12.1. Ao receber a Carta de Concessão da bolsa e do Termo de Outorga, o bolsista deverá realizar (conforme orientações a serem enviadas por meio eletrônico):

12.1.1. O aceite da implementação da bolsa no Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios – SCBA (<https://scba.CAPES.gov.br/>); e

12.1.2. A inserção dos dados bancários no Brasil e anexo do respectivo comprovante de conta bancária para o depósito dos benefícios da bolsa no Sistema SCBA.

12.2. Após o processo de implementação da bolsa no Sistema, o bolsista deverá enviar o Termo de Compromisso assinado via plataforma Linha Direta (<https://linhadireta.CAPES.gov.br/>), com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da viagem;

12.3. Dos documentos a serem obtidos pelo bolsista e mantidos sob sua guarda:

12.3.1. Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U), do Estado ou do Município quando se tratar de servidor público; ou autorização do dirigente máximo da instituição, quando não for servidor público, para afastamento durante todo o período da bolsa, constando na redação o apoio da CAPES como concedente da bolsa, quando for o caso.

12.3.2. Visto e passaporte vigentes para o país de destino.

12.4. É de inteira responsabilidade do(a) bolsista providenciar o visto de entrada junto à representação consular do país no qual pretende desenvolver seu plano de trabalho. Recomenda-se antecipar providências que possam ser adotadas antes da implementação da bolsa de estudo, visto que alguns países demandam tempo nos trâmites para a concessão do visto.

12.4.1. O visto, na categoria estudante, deverá ser válido para entrada e permanência no país pelo período de realização das atividades inerentes ao programa de doutorado sanduíche.

12.4.2. Caso o país de destino seja os Estados Unidos, o bolsista deverá solicitar o visto de entrada do tipo J-1. Para maiores informações concernentes ao processo, solicita-se verificar diretamente com as representações consulares norte-americanas do Brasil.

12.4.3. Vistos nas categorias de turismo não serão aceitos.

12.5. Do pagamento dos componentes da bolsa:

12.5.1. A primeira remessa (mensalidades e demais benefícios citados no item 13.1), serão pagos diretamente em conta bancária no Brasil.

12.5.2. Do pagamento no exterior, com relação ao período da bolsa:

a) De 6 (seis) meses: o pagamento da bolsa será todo realizado diretamente em conta bancária do bolsista no Brasil (conforme procedimento informado no item 12.1.2);

b) De 7 (sete) a 12 (doze) meses: o pagamento da bolsa será realizado por meio do Cartão Bolsista. Este será enviado para o endereço no Brasil conforme orientações enviadas da aprovação da candidatura.

12.6. Os valores da bolsa serão pagos ao bolsista somente após emissão da Carta de Concessão da bolsa e do Termo de Outorga pela CAPES e conclusão dos procedimentos pelo bolsista definidos nos itens 12.1 e 12.2.

12.7. Ressalta-se a necessidade de observância devido dos períodos mencionados nos itens 2.4 e 3.5 deste Edital.

12.8. As comunicações do bolsista com a CAPES serão realizadas por intermédio da plataforma Linha Direta (<https://linhadireta.CAPES.gov.br>).

13. DOS BENEFÍCIOS

13.1. Os benefícios concernentes à bolsa são (conforme Portaria CAPES nº 125, de 29 de maio de 2018):

13.1.1. Mensalidade;

13.1.2. Auxílio Instalação;

13.1.3. Auxílio Seguro-Saúde e,

13.1.4. Adicional Localidade, quando for o caso (de acordo com as condições da Portaria nº 202, de 16 de outubro de 2017).

13.2. As passagens serão emitidas diretamente pela CAPES, conforme Art. 3º, §1º da Portaria nº 125, de 29 de maio de 2018. Maiores informações concernentes ao processo se encontram em respectiva Portaria.

13.3. De acordo com o item 2.2, o PDSE não prevê o pagamento de taxas administrativas e acadêmicas (*tuition & fees*) e de taxas de bancada (*bench fees*) e de adicional dependente.

13.4. A bolsa de estudos e seus benefícios serão concedidos nos termos da Portaria CAPES nº 125, de 29 de maio de 2018, da Portaria CAPES nº 202, de 16 de outubro de 2017 e do Regulamento de Bolsas Internacionais no Exterior da CAPES (Portaria CAPES nº 186/2017) ou atos normativos subsequentes que disciplinem a matéria.

13.5. A concessão dos benefícios aos doutorandos selecionados e com inscrição homologada será condicionada ao preenchimento dos anexos constantes no Edital CAPES 41/2018 (Termo de Outorga e Dados do Procurador no Brasil).

14. DO RETORNO AO BRASIL

14.1. Finalizado o período da bolsa, o bolsista tem até 60 (sessenta) dias para retornar ao Brasil, sem ônus à UEL e à CAPES.

14.2. Após o retorno, o processo será encerrado no Setor de Acompanhamento e tramitado para a Divisão de Acompanhamento e Egressos (DAE) da CAPES, momento em que o bolsista deverá encaminhar a documentação referente à prestação de contas do retorno.

14.3. As comunicações permanecerão por intermédio da plataforma Linha Direta (<https://linhadireta.CAPES.gov.br>).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. A concessão das bolsas e seus auxílios está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da CAPES.

15.2. É vedada a concessão de bolsa a quem esteja em situação de inadimplência com a CAPES ou conste em quaisquer cadastros de inadimplentes mantidos por órgãos da Administração Pública Federal.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Examinadora de Seleção e, se necessário, pela Comissão Coordenadora do PPG, pela PROPPG e, em última instância, pela CAPES.

INFORMAÇÕES:

Secretaria do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Saúde – CEPPOS

Telefone: (43) 3371-2378 (Horário: das 9:00 às 16:00)

E-mail: vanessaprost@gmail.com

Londrina, 29 de janeiro de 2019.



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação Associado UEL-UNOPAR em
Ciências da Reabilitação
Universidade Estadual de Londrina